

Nota da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Belo Horizonte

A água é um bem comum

Papa Francisco deixou várias importantes reflexões e exemplos de humanismo e de respeito a natureza. Papa Leão XIV continua o caminho em defesa da vida de forma integral e ressalta a necessidade de garantir a todas as pessoas a dignidade, por meio dos direitos sociais. O que é fundamental para um mundo fundado na solidariedade, respeito, comunidade e amor.

A fúria de apropriação de tudo, a ganância, o egoísmo, o individualismo parecem não ter limites e chegaram com desespero em Minas Gerais. Os bens comuns são criações de Deus para que todos possam usufruir igualmente: a água, o ar, o alimento, a terra. Os direitos essenciais, não podem ser oferecidos para alguns em detrimento de todos.

A privatização da água é um escândalo, assim como é escandaloso o ataque à democracia por meio de instrumentos que devem servir a democracia.

É muito claro que não é possível, por meio de emenda à Constituição, que garanta direitos fundamentais e essenciais, eliminar um instrumento democrático. Mais grave ainda quando, por meio de uma emenda, querem eliminar um instrumento democrático (a consulta popular) para retirar do povo direitos essenciais.

É escandalosamente contra a Constituição, contra a ética, contra os valores humanistas e cristãos, mentir, enganar as pessoas para conseguir interesses econômicos privados, ou seja, de pouquíssimas pessoas.

A aprovação de uma emenda à Constituição com o objetivo de retirar o direito de escolha do povo mineiro por meio de plebiscitos e referendos é claramente inconstitucional, e mais, ainda mais claro, é imoral. Trata-se de uma mentira, é enganador, e logo é instrumento do mal.

Não bastasse a absurda emenda, claramente inconstitucional, processo enganador, que teme a democracia e viola a Constituição, o objetivo é privatizar uma empresa pública,

a Copasa, que pertence ao povo de Minas Gerais, repetindo procedimento que não funcionou em diversos outros lugares.

Privatizar a Copasa só é explicável pela ganância e pelo engano. Privatizar a água, bem comum essencial, privatizar os mananciais é equivalente a privatizar a água da chuva, das nascentes, privatizar a natureza.

A Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Belo Horizonte, com enorme preocupação, vem denunciar para todo o Brasil e todo o mundo, reunido na COP 30, a horrorosa manobra antidemocrática para destruir o patrimônio do povo mineiro, a Copasa, e a privatização de um bem comum, direito essencial: a água.

Professor Doutor Titular José Luiz Quadros de Magalhães

Presidente da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Belo Horizonte